

CARLAN, Cláudio Umpierre. **Moeda e poder em Roma**: um mundo em transformação. São Paulo: Annablume, 2013, 214p. (Coleção História e Arqueologia em movimento)

Jefferson Ramalho<sup>1</sup>

A obra *Moeda e poder em Roma*, do historiador Dr. Cláudio Umpierre Carlan, resultante de sua já reconhecida experiência nas pesquisas que relacionam História e Arqueologia, em particular o ramo da Numismática, contribui de maneira representativa ao empreendimento, já de alguns anos, de inserção dos estudos da Antiguidade Tardia na academia brasileira. Carlan, além de empenhado estudioso das moedas romanas, dedica-se à docência na Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais, além de colaborar no Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da UNICAMP, universidade na qual realizou seu doutoramento e realiza pós-doutoramento, sempre sob orientação do historiador e arqueólogo Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Com apresentação da professora Dra. Margarida Maria de Carvalho (UNESP-Franca), *Moeda e poder em Roma* foi escrita de maneira clara, objetiva e fluida, apresentando desde o começo a importância de se compreender expressões e conceitos basilares em investigações dessa natureza, tais como: Antiguidade Tardia, Numismática, cunhagem, relações de poder, representações, catalogação, acervo, colecionismo, patrimônio, cultura material, entre outros.

Nas primeiras páginas, o autor já antecipa quais serão seus referenciais. Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Michel Foucault destacam-se entre aqueles que irão compor a fundamentação teórica de Carlan em suas investigações. Da mesma maneira, além de dialogar com tais perspectivas que evidenciam a identidade epistemológica de seu trabalho, Carlan apresenta respeitadas referências na área da Numismática, tais como, Hubert Frère, Jean-Nicolas Corvisier, Charles Samaram, Pascal Arnaud, além do irlandês Peter Brown, cujos estudos em Antiguidade Tardia e, neste caso particular, sobre a numária constantiniana, têm indispensável importância.

No capítulo inicial, intitulado “O colecionismo e o Museu Histórico Nacional: origem, acervo e patrimônio”, Carlan desenvolve uma breve, mas muito precisa, revisão histórica desde o término da Antiguidade Tardia até o processo de ampliação das coleções

---

<sup>1</sup> *Doutorando em História Cultural (IFCH-UNICAMP) como bolsista CAPES e sob orientação do professor Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, além de ser mestre em Ciências da Religião (PUC-SP) com licenciatura em História e bacharelado em Teologia. Contato: cafeacademico@yahoo.com.br*

numismáticas no século XIX. Destaca, por exemplo, o “renascimento carolíngio”, entre os anos 768 e 814, quando governou Carlos Magno, que propiciou considerável impulso nas atividades colecionistas. Tal ampliação do colecionismo já estará consolidado nos tempos modernos, à época dos Estados Nacionais, quando Luis XIV (1638-1715), tendo herdado as coleções do Cardeal Mazzarino e de Carlos V, as utilizará como modelo, passando a representar-se em suas próprias cunhagens tal como os antigos césores romanos, usando uma coroa de louros e, posteriormente, determinando que seus funcionários organizem e cataloguem toda a coleção.

Carlan, ainda no primeiro capítulo, não deixa de mencionar a importância do italiano Francesco Petrarca (1304-1374) como primeiro colecionador de moedas conhecido oficialmente, além de comentar acerca da influência do Iluminismo na organização dos primeiros museus da Europa, evidenciando tanto o caráter antropocêntrico daquela mentalidade como a ruptura – ainda que lenta – com concepção teocêntrica de mundo e de ser humano.

O ápice do primeiro capítulo acontece quando Carlan apresenta-nos uma informação pouco conhecida pelo povo brasileiro, que é a existência de um acervo numismático no Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, considerado o maior de toda a América Latina. Traçando um paralelo deste acervo com a coleção do Gabinete Numismático da Catalunha, sobretudo, acerca da origem de ambos os acervos, Carlan, que realizou estágio na Universidade de Barcelona junto ao professor catedrático José Remesal Rodríguez na ocasião de seu doutoramento, informa-nos que da mesma maneira que essa e outras coleções numismáticas foram agrupadas e expostas no Museu Nacional de Arte da Catalunha, no caso brasileiro a coleção doada pelo Comendador Antônio Pedro de Andrade, antes de serem organizadas e expostas em 1922 no MHN, encontravam-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Eram 13.941 moedas e medalhas, sendo 4.420 moedas cunhadas na Antiguidade. Hoje, o acervo do MHN conta com uma coleção numismática de aproximadamente 130.000 peças.

Após fechar o primeiro capítulo, tratando com riqueza de detalhes acerca da história do MHN, citando os argumentos de Ramiz Galvão e Gustavo Barroso de que a Numismática tem seu lugar ao lado da História e já ensaiando sua tese de que a orientação política ou mesmo religiosa de um soberano cunhadas em suas moedas evidenciam uma estrutura político-ideológica e transmitiam uma mensagem de poder por parte do governante, Carlan inicia o segundo capítulo no qual trata de maneira bastante específica acerca dos tipos monetários no Império Romano do século IV.

As cunhagens de ouro são as primeiras a serem comentadas, informando-nos que no acervo do MHN composto por peças da Antiguidade Tardia, foram identificados apenas os chamados *solidi*, ou seja, as moedas instituídas depois da reforma monetária que Constantino promoveu. Carlan apresenta e explica uma moeda cunhada durante a coroação de Constante, uma outra moeda cunhada entre 355 e 357 retratando Constâncio II, duas moedas cunhadas em Milão representando Honório e três moedas cunhadas também em Milão, representando Arcádio, irmão de Honório. Como Honório e Arcádio eram filhos de Teodósio I, justifica-se a presença do lábaro de Constantino representando as letras gregas X (*kh*) e P (*rô*), sobrepostas, em algumas dessas peças.

No mesmo capítulo, Carlan trata das moedas comemorativas, chamando atenção para aquelas cunhadas após 330 com o intuito de legitimar a importância de Constantinopla, nova capital imperial construída no território da antiga cidade de Bizâncio. Como o próprio autor nos informa, a moeda na Antiguidade exercia diferentes papéis: “função política, social, administrativa, militar, religiosa e econômica. Não podemos nos restringir à economia. Até hoje, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, a moeda ainda mantém o caráter propagandista” (p. 64). Daí fazer todo sentido a função que algumas moedas, sobretudo, as comemorativas, exerciam naquele cenário.

Antes de apresentar-nos o catálogo de moedas romanas que organizou, Carlan explica como fez tal catalogação, estabelecendo um *corpus* documental fundamentado no esquema de Harold D. Lasswell (1902-1978), iniciador desde 1927 das análises de conteúdo utilizadas em estudos de propaganda e de política. Tal esquema, grosso modo, estabelecia uma sequência analítica: análise prévia da documentação e estabelecimento do corpus, categorização, codificação e cômputo das unidades e, por fim, interpretação dos resultados (p. 65s). Foi por meio de uma análise comparativa entre as diferentes representações presentes nos reversos das moedas que Carlan identificou certos aspectos que explicitavam ideologias de caráter militar, religioso e, sobretudo, político.

Após um amplo catálogo explicativo de moedas de bronze, desde as 146 peças cunhadas no governo do imperador Diocleciano, incluindo as chamadas moedas militares, além das laudatórias que expressavam, entre outras coisas, compromissos do governante para com seus governados, passando pelas cunhagens dos imperadores de todas as formações tetrárquicas, havendo natural destaque para as 360 moedas de Constantino, bem como as que representavam sua mãe Helena, sua esposa Fausta, seus filhos, sobrinhos e sucessores, e, fechando com as moedas cunhadas nos tempos de Teodósio I e de seus filhos e familiares, Carlan parte para o terceiro capítulo de sua obra no qual tratará do contexto histórico do Império Romano no quarto século de nossa era.

Desenvolvendo uma breve reflexão no sentido de compreender a Tetrarquia instituída por Diocleciano em 293, Carlan explica como a administração imperial funcionava, incluindo a divisão de responsabilidades militares e civis, tanto no Ocidente como no Oriente. A influência do cristianismo, as fugas de escravos, a anarquia militar, o surgimento do *colonato* e as invasões bárbaras são alguns dos fatores que, segundo Carlan, caracterizavam aquele contexto do Império Romano entre os séculos III e IV. Esse rápido passeio que se faz, desde os dias de Diocleciano até as mortes dos filhos de Teodósio I, sem a preocupação de ater-se a detalhes, demonstra, entre outras coisas, o interesse de Carlan em situar-nos enquanto leitores no tempo em que foram cunhadas as moedas catalogadas no segundo capítulo e listadas em tabela anexa ao final do livro.

O capítulo três encaminha-se para o seu término quando o autor descreve o cenário religioso do Império Romano desde o século II até a adesão de Constantino à religião dos cristãos. Em uma sociedade marcada por predominância politeísta, além do culto ao deus *Sol Invictus* desde o governo de Aureliano (270-275), começava-se a formar uma nova identidade religiosa que se tornará predominante algumas décadas mais tarde. Contudo, há que ser reconhecido o fato de que a conversão de Constantino à religião dos cristãos, tão bem arquitetada nos discursos de Lactâncio e Eusébio de Cesareia, autores mencionados e comentados por Carlan, foi determinante naquele momento de transição da história imperial, o que se mostra evidente, inclusive, nas moedas cunhadas por Constantino e seus sucessores. Tais moedas, algumas delas comemorativas, traziam, conforme já comentamos acima, o lábaro de Constantino representando as letras gregas X (*khi*) e P (*rô*), sobrepostas.

As questões militares, as mudanças na estrutura do exército romano, a evolução política, algumas batalhas em particular, tanto no governo de Constantino como no de seu filho Constâncio II ou mesmo de seu sobrinho e genro Juliano, são temas explorados por Carlan e que, por vezes, são representados nas moedas romanas a fim de legitimar a identidade e o poder do império. Mas, a situação crítica da economia romana desde o século III refletiu de maneira direta na produção numismática chegando a obrigar a emissão de moedas de prata com adulteração do metal, provocando um aumento exacerbado nos preços de escravos, suprimindo a participação do Senado na fiscalização das cunhagens, aumentando os impostos, reduzindo o território após uma sucessão de conflitos e, por fim, empobrecendo o Estado. São as reformas econômicas implantadas pela Tetrarquia que ocupam as últimas páginas do terceiro capítulo da obra.

Após expor as tentativas de controle da inflação, incluindo uma mal sucedida fixação dos preços que terá resultado em práticas de corrupção e contrabando, além de

detalhar as diversas reformulações no processo de cunhagens das moedas de bronze, prata e ouro, desde Diocleciano até chegar aos governos dos filhos de Constantino, em particular Constante e Constâncio II, Carlan inicia o quarto e último capítulo de sua obra, tratando daquilo que ele, como intelectual crítico e dedicado que é, denomina “o poder da imagem”. A moeda, na perspectiva defendida por ele, serve como instrumento de propaganda e legitimação do poder imperial.

Perpassando pela trajetória da Tetrarquia romana, desde Diocleciano, até finalizar a narrativa com a clássica informação de que em meados do século V os Vândalos instalaram-se no território romano, os Hunos cruzaram a fronteira e o Império deixara de existir, Carlan evidencia sua opinião de que as moedas serviam para propagandear e legitimar tanto o poder político como as filiações religiosas. Constantino, segundo Carlan, jamais abandonara sua adoração ao deus *Sol Invictus*, pois em suas cunhagens manteve-o como símbolo principal, sobretudo, nos reversos das moedas, ora marchando triunfante, ora ostentando um cetro. E Carlan refere-se a moedas cunhadas entre 320 e 322, ou seja, oito a dez anos após a Batalha da Ponte Mílvia, episódio no qual, segundo Lactâncio e Eusébio, o imperador tornara-se cristão.

Apesar de listar reformas jurídicas instituídas por Constantino e de citar alguns efeitos na cristandade, tais como o falso documento conhecido como “Doação de Constantino”, cuja inautenticidade será comprovada apenas no século XV por Lorenzo Valla (1407-1457), Carlan aponta as continuidades dinásticas como insuficientes para impedir os conflitos que, ao final, resultariam na queda do Império Romano.

Na conclusão, além de enfatizar a importância do diálogo interdisciplinar entre História e Arqueologia, bem como da ampliação da noção de documento, Carlan encerra afirmando que as moedas transmitiam mensagens do governante aos seus governados. Intenções políticas e ideológicas, além de comerciais, consistiam, portanto, nos significados concretos de uma moeda. Assim, Carlan conclui frisando que em sua análise numismática foi possível constatar que na administração romana do século IV predominava a legitimação do poder imperial e de seus soberanos, o que pode ser explicado por meio do que ele próprio chama de tipos e subtipos religiosos e militares.